



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Plano Diretor de Logística Sustentável

PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

MINISTRO

José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Ariane Sidia Benigno Silva Felipe

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO MDS

Pedro Henrique de Oliveira Ramiro - Presidente

Felipe Monteiro e Silva - Vice-Presidente

Anderson Dias Ferreira da Silva - Membro

Bruna Lopes Vieira - Membro

Daiana Pereira Caetano - Membro

Fabiana Coelho de Morais - Membro

Fabiany Maria Made e Vellasco - Membro

Luciano Acioli de Castro Lopes - Membro

Maíra Tainá de Almeida Magalhães - Membro

Aprovação

MINISTRO

VERSAO 1.0

SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO

2. INTRODUÇÃO

2.1. CONCEITO E OBJETIVO

2.2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

2.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS
CONTRATAÇÕES

3. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

4. METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS

5. RELAÇÃO ENTRE EIXOS TEMÁTICOS E SITUAÇÕES LEVANTADAS

6. PLANO DE AÇÕES E METAS POR EIXO TEMÁTICO

7. DIAGNÓSTICO ATUAL

8. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

9. ANEXOS

9.1. LISTA DE NORMATIVOS UTILIZADO

9.2. PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO
DE ELABORAÇÃO DO PLS

9.3. MODELO DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
DE AÇÕES

APRESENTAÇÃO

A Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) estabeleceu um novo paradigma para a Administração Pública, definindo o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo a ser observado nos processos licitatórios e exigindo a adoção de práticas mais sustentáveis em todas as etapas, desde o planejamento até a destinação final dos resíduos.

Este novo paradigma deve estar diretamente associado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) dos órgãos, sendo necessária a adoção de ferramenta(s) de governança para sua elaboração, implementação e acompanhamento. Nesse sentido, a Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Federal, definiu o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) como tal ferramenta de governança responsável pelo estabelecimento da estratégia de contratação e logística.

Com o intuito de destacar o compromisso da Administração Pública com a construção de um futuro mais sustentável, a definição de novos objetivos e diretrizes na nova Lei de Licitações e Contratos estabelece que todas as contratações públicas são instrumentos de promoção da sustentabilidade, mantendo sempre o princípio do desenvolvimento nacional sustentável como guia.

Assim, o presente documento detalha todas as etapas necessárias, desde os preparativos iniciais até a implementação, o monitoramento e a avaliação do PLS no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), abrangendo desde o diagnóstico inicial para identificar oportunidades de melhorias, até a definição de objetivos, metas, indicadores e prazos específicos, com a designação de responsáveis para cada etapa.

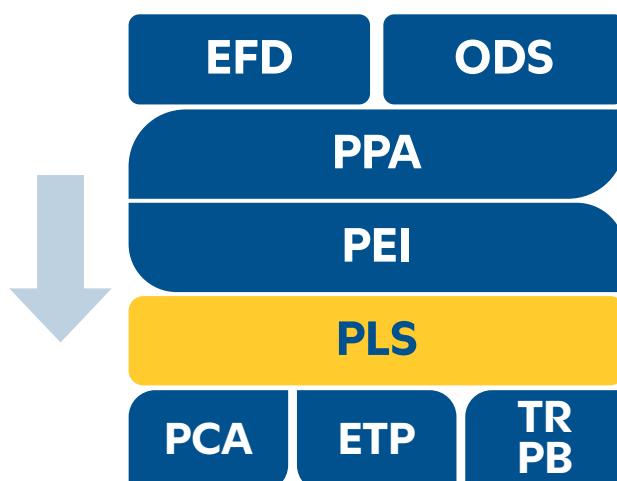
2. INTRODUÇÃO

2.1 Conceito e objetivo

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta estratégica de governança para gestão de contratações públicas sustentáveis pela Administração Pública. Por meio dele são definidos objetivos, diretrizes, ações, critérios e indicadores que nortearão as contratações públicas, desde a seleção dos fornecedores até a execução do contrato, considerando todo o ciclo de vida do produto adquirido ou serviço contratado.

Assim, o PLS deve ser observado na elaboração do Plano de Contratação Anual (PCA), dos estudos técnicos preliminares, dos anteprojetos, dos projetos básicos e termos de referência de cada contratação do Órgão. Neste sentido, entende-se que o PLS tem a capacidade de influenciar o mercado fornecedor, desenvolver novos padrões de consumo, produção e descarte mais responsáveis, promovendo, portanto, o desenvolvimento nacional sustentável.

Cumpre destacar que este PLS está diretamente vinculado ao Planejamento Estratégico do MDS, para o período 2023/2026, bem como ao plano plurianual, conforme estabelecido no artigo 9º da Portaria SEGES nº 8.678, de 2021, observando ainda as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) e pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.





2.2 Diretrizes Estratégicas

Por se tratar de instrumento de governança das contratações públicas, o PLS do MDS apresenta diretrizes estratégicas, alinhadas com o Planejamento Estratégico Institucional da pasta, bem como com outros normativos relativos ao tema. Tais diretrizes tem o objetivo de fornecer um caminho claro para que as unidades internas do MDS possam gerenciar suas contratações e operações logísticas de forma eficiente e sustentável.

ID	PRINCÍPIO/DIRETRIZ	BASE JURÍDICO-NORMATIVA
PDO1	Defender e preservar o meio ambiente para futuras gerações.	Constituição Federal, art. 225.
PDO2	Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.	EFD 2020-2031, item 4.3.4 - Desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente (Decreto nº 10.531, de 2020).
PDO3	Facilitar o acesso ao crédito, ao mercado de capitais e às compras públicas para as médias, micro e pequenas empresas.	EFD 2020-2031, Item 2.3.2 - Desafio: ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas (Decreto nº 10.531, de 2020).
PDO4	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	Agenda 2030 - Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
PDO5	Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 5º.

PD06	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 11, inciso IV.
PD07	Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para administração.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 11, inciso I, art. 18, inciso VIII, e art. 34, § 1º.
PD08	Exigir do licitante o cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art.62, inciso IV.
PD09	Prever, nos editais, a exigência de percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto constituído por egressos do sistema prisional e por mulheres vítimas de violência doméstica.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art.25, § 9º, incisos I e II; Decreto nº 11.430, de 8 de março 2023.
PD10	Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis e os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.	Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2010, art. 7º. Inciso XI, alíneas "a" e "b" c/c Lei nº 14.133, de 2021, art. 26, inciso II.
PD11	Estimular o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o	Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei nº 11.87, de 2009, art. 6º, inciso XII.



	<p>estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.</p>	
PD12	<p>Adotar, nos editais de compras de livros, cláusulas de impedimento à participação de editoras que não oferem sua produção também em formatos acessíveis.</p>	<p>Estatuto Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 2015, art. 68, § 1º.</p>
PD13	<p>Garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as dependências das edificações públicas, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.</p>	<p>Estatuto Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 2015, art. 57 c/c art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
PD14	<p>Garantir acessibilidade às informações disponíveis nos sítios eletrônicos do governo.</p>	<p>Estatuto Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 2015, art. 63.</p>
PD15	<p>Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.</p>	<p>Decreto de Governança - Decreto nº 9.203, de 2017, Art. 4º, inciso I.</p>
PD16	<p>Instituir o Programa Coleta Seletiva Cidadã.</p>	<p>Programa Coleta Seletiva Cidadã - Decreto nº 10.936, de 2022, art. 40.</p>

PD17	Buscar a padronização e centralização de procedimentos, sempre que pertinente.	Portaria de Governança – Portaria nº 8.678, de 2021.
------	--	--

2.3 Critérios de Sustentabilidade nas Contratações

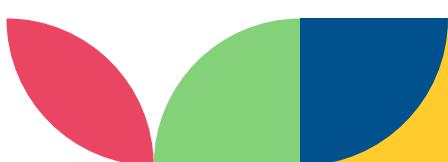
O MDS, em consonância com a legislação vigente e com o compromisso de promover o desenvolvimento nacional sustentável, adotará, sempre que possível, os seguintes critérios de sustentabilidade em suas contratações públicas:

ASPECTOS ECONÔMICOS:

- **Custo Total da Posse (CTP):** Considerar os custos indiretos ao longo do ciclo de vida do produto ou serviço, incluindo operação, manutenção e descarte, além do preço inicial de aquisição.
- **Promoção da Inovação:** Priorizar soluções inovadoras que contribuem para a otimização de processos, redução de custos e melhoria da qualidade dos serviços.
- **Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:** Priorizar a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que possível, observando os critérios legais de participação e incentivando o desenvolvimento local e a geração de empregos.

ASPECTOS SOCIAIS:

- **Respeito aos Direitos Humanos:** Exigir dos fornecedores o cumprimento da legislação trabalhista e a garantia de condições dignas de trabalho.
- **Promoção da Diversidade e Inclusão:** Incentivar a participação de grupos minoritários e socialmente vulneráveis nos processos de contratação, como pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional e mulheres vítimas de violência doméstica.





- **Acessibilidade:** Garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência em todas as etapas da contratação, desde a publicação do edital até a execução do contrato.
- **Geração de Empregos e Renda:** Considerar o potencial de geração de empregos e renda da contratação, priorizando projetos que promovam o desenvolvimento local.

ASPECTOS CULTURAIS:

- **Valorização da Cultura Local:** Considerar a cultura e os valores das comunidades impactadas pela contratação, promovendo o diálogo e o respeito à diversidade cultural.
- **Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural:** Assegurar que as contratações não impactem negativamente o patrimônio histórico e cultural das comunidades.

ASPECTOS AMBIENTAIS:

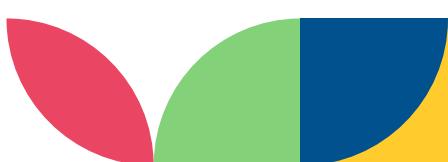
- **Eficiência Energética:** Priorizar produtos e serviços com menor consumo de energia e água.
- **Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa:** Considerar as emissões de gases de efeito estufa ao longo do ciclo de vida do produto ou serviço.
- **Gestão de Resíduos:** Priorizar produtos com embalagens recicláveis e empresas com práticas adequadas de gestão de resíduos.
- **Utilização de Materiais Reciclados e Recicláveis:** Incentivar o uso de materiais reciclados e recicláveis nas contratações.

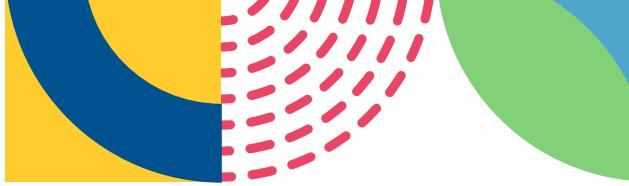
APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS:

A aplicação dos critérios de sustentabilidade será realizada de forma flexível e adaptável às particularidades de cada contratação. Cada equipe de planejamento da contratação deverá analisar o caso concreto, consi-

derando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, os riscos envolvidos e o impacto socioambiental potencial. A definição dos critérios mais relevantes para cada contratação será documentada e justificada nos autos do processo.

É importante salientar que a lista de critérios acima não é exaustiva e poderá ser complementada com outros critérios relevantes para a promoção da sustentabilidade, de acordo com as necessidades do MDS e as especificidades de cada contratação.





3. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

Para adequada implantação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e para que seja eficaz e atenda aos seus objetivos, ele deve passar por diversas etapas distintas, conforme ilustrado na figura a seguir.



As etapas incluem:

PREPARAÇÃO, onde são realizadas as atividades preliminares, com foco no estabelecimento das diretrizes estratégicas e na elaboração do diagnóstico do MDS;

ELABORAÇÃO, que envolve a criação detalhada do plano com base nas diretrizes e referências estabelecidas;

APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO, onde o plano é revisado pela alta administração e oficialmente publicado;

EXECUÇÃO, que é a fase de implementação das ações previstas no plano;

o **MONITORAMENTO**, que consiste em acompanhar e avaliar o progresso e a eficácia das ações implementadas; e

REVISÃO, que implica em ajustar e atualizar o plano conforme necessário para garantir sua contínua relevância e eficácia. Cada uma dessas etapas é crucial para garantir que o PLS seja um instrumento eficaz de governança das contratações públicas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Após a fase de **PREPARAÇÃO**, na qual se obteve a situação presente do órgão, inicia-se a fase de **ELABORAÇÃO**, onde serão confrontadas as problemáticas levantadas na fase anterior com as diretrizes estratégicas definidas.

Como resultado, serão propostos objetivos e metas, ações, indicadores de desempenhos, recursos necessários e riscos envolvidos, todos organizados em 6 (seis) eixos temáticos:



4. METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS

A metodologia de aferição de custos indiretos é um componente crucial do Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme estabelecido pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021. Esta seção detalha a metodologia que o MDS utilizará para determinar os custos indiretos associados ao ciclo de vida dos produtos e serviços licitados, auxiliando na tomada de decisão e na busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Definição:

Custos indiretos (CI) englobam as despesas que transcendem o custo inicial de aquisição, abrangendo gastos com operação, manutenção e descarte de um produto ou serviço ao longo de seu ciclo de vida. A análise desses custos visa a revelar despesas ocultas e a determinar o valor real de um bem ou serviço durante sua vida útil.

Componentes dos Custos Indiretos:

Os Custos Indiretos podem ser agrupados em três categorias:

- **Custos de Operação (CO):** Incluem despesas com utilização, depreciação, treinamento, licenças e taxas, armazenamento, mão de obra, energia, água, insumos, capacidade ociosa e custos financeiros.
- **Custos de Manutenção (CM):** Abrangem gastos com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, reparos por falhas, rejeições e outros custos para garantir o bom funcionamento do bem ou serviço.
- **Custos de Descarte (CD):** Compreendem despesas com o descarte responsável do bem ou serviço ao final de sua vida útil, incluindo custos com tratamento de resíduos, logística reversa, mitigação de impactos ambientais e valor residual.

Fórmula para Cálculo:

A mensuração dos custos indiretos pode ser representada pela seguinte fórmula:

$$CI = CO + CM + CD$$

Onde:

- **CI** = Custos Indiretos
- **CO** = Custos de Operação
- **CM** = Custos de Manutenção
- **CD** = Custos de Descarte

Custo Total da Posse (CTP):

O Custo Total da Posse (CTP) representa o somatório dos custos indiretos e do custo de aquisição. A fórmula para o cálculo do CTP é:

$$CTP = CA + CI$$

Onde:

- **CTP** = Custo Total da Posse
- **CA** = Custo de Aquisição
- **CI** = Custos Indiretos

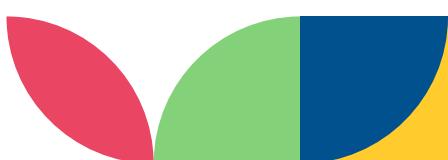
Metodologia de Aferição:

O MDS adotará as seguintes etapas para aferição dos custos indiretos:

1. Identificação dos Custos Relevantes: A equipe de planejamento da contratação analisará as especificações técnicas do produto ou serviço a ser contratado e identificará os custos indiretos mais relevantes para a tomada de decisão.

2. Coleta de Dados: Os dados sobre os custos indiretos serão coletados de diversas fontes, incluindo:

- **Fontes Internas:** Áreas técnicas, de orçamento, de contabilidade e outras fontes de dados internas do órgão.





- **Fontes Externas:** Fornecedores, entidades de classe, bases de dados públicas, estudos de mercado, relatórios de pesquisa e outras fontes externas relevantes.

3. Quantificação dos Custos: Os custos indiretos relevantes serão quantificados com base nos dados coletados, utilizando-se de planilhas de cálculo, softwares específicos e outras ferramentas adequadas.

4. Análise Comparativa: Os custos indiretos das diferentes propostas serão comparados para determinar a opção mais vantajosa para a Administração, considerando o CTP e outros fatores relevantes, como impactos socioambientais e a viabilidade técnica das propostas.

EXEMPLO PRÁTICO:

Para ilustrar a aplicação da metodologia, considere a aquisição de computadores. Os custos indiretos relevantes nesse caso poderiam incluir:

- **Custos de Operação:** Consumo de energia, necessidade de softwares e licenças, treinamento de usuários, manutenção de rede e suporte técnico.
- **Custos de Manutenção:** Reparos de hardware, substituição de peças, atualização de softwares e custos com mão de obra especializada.
- **Custos de Descarte:** Logística reversa para coleta e descarte responsável dos equipamentos, custos com reciclagem de componentes e tratamento de resíduos eletrônicos.

Ao quantificar e comparar esses custos para diferentes modelos de computadores, o órgão poderá determinar a opção com o menor CTP e com menor impacto ambiental, escolhendo a proposta mais vantajosa para a Administração.

5. RELAÇÃO ENTRE EIXOS TEMÁTICOS E SITUAÇÕES LEVANTADAS

Após a conclusão do diagnóstico atual do órgão, realizado na etapa de Preparação, constatou-se a existência de situações problema, as quais este PLS busca tratar, relacionadas a cada um dos 6 Eixos Temáticos previamente apresentados. Segue tabela ilustrativa da referida relação:

Eixo Temático	Situações Problema	
	ID	Descrição
Eixo 01 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços.	SP01	Baixa utilização de critérios de sustentabilidade em licitações.
	SP02	Elevados gastos com energia elétrica.
	SP03	Utilização não racional de bens e serviços
Eixo 02 - Racionalização da ocupação dos espaços físicos.	SP04	Pouca utilização de espaços compartilhados.
	SP05	Gastos recorrentes com alterações de leiaute.
Eixo 03 - Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental.	SP06	Falta de conhecimento da equipe sobre aspectos relacionados à sustentabilidade.
	SP07	Ausência ou desconhecimento sobre ferramentas que apoiam a identificação de produtos e serviços mais sustentáveis.
	SP08	Desconhecimento sobre rótulos e certificações passíveis de aplicação em compras públicas.



Eixo 04 – Fomento à inovação no mercado.	SP09	Desconhecimento sobre inovações possíveis.
	SP10	Poucas soluções inovadoras implementadas.
	SP11	Falta de diálogo com o mercado fornecedor.
Eixo 05 – Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.	SP12	Poucas contratações que contemplam negócios de impacto.
	SP13	Pouco conhecimento sobre a implementação prática de negócios de impacto nas contratações públicas.
Eixo 06 – Divulgação e capacitação acerca da logística sustentável.	SP14	Ausência de um programa de capacitação continuada para o progresso da pauta de sustentabilidade.
	SP15	Resistência dos servidores e colaboradores à implementação de práticas de sustentabilidade.

6. PLANO DE AÇÕES E METAS POR EIXO TEMÁTICO

Concluída a identificação das situações problema, buscou-se confrontá-las com as diretrizes estratégicas previamente estabelecidas com o objetivo de propor planos de ações contendo objetivos e metas organizados dentro dos eixos temáticos. Assim, cada eixo temático possui objetivos com suas respectivas ações, metas, indicadores de desempenho, recursos necessários e riscos envolvidos.

A seguir, serão apresentados os Planos de Ações, organizados por eixos temáticos e quadros padronizados.

Tal apresentação tem como objetivo o fácil relacionamento entre a situação problema, seus mecanismos de enfrentamento, informações sobre monitoramento, recursos necessários e riscos envolvidos.

EIXO TEMÁTICO 1:

Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços.

SITUAÇÃO PROBLEMA: BAIXA UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM LICITAÇÕES (SP01).

Descrição do Problema: O órgão atualmente utiliza os critérios geralmente estabelecidos nos modelos de documentos disponibilizados pelo Advocacia Geral da União (AGU), deixando de avaliar a utilização de outros critérios mais específicos a cada contratação. A baixa utilização de critérios de sustentabilidade pode ser decorrente da falta de conhecimento da equipe sobre o tema, da falta de ferramentas de apoio à identificação de produtos e serviços mais sustentáveis, ou da resistência dos fornecedores em adotar práticas sustentáveis.

Objetivo: Ampliar a quantidade de compras que contemplem requisitos de sustentabilidade, conhecidas como Contratações Públicas Sustentáveis (CPS), nos instrumentos convocatórios (OB01).

Comentários/Observações: É fundamental que a equipe responsável pela implementação dessa ação monitore o mercado fornecedor e busque alternativas para superar o risco de baixo preparo dos fornecedores, como a realização de eventos para apresentar os critérios de sustentabilidade e as oportunidades de negócios para empresas que adotam práticas sustentáveis.



Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SPO1	Baixa utilização de critérios de sustentabilidade em licitações	OBO1	Ampliar a quantidade de compras que contemplam requisitos de sustentabilidade nos artefatos de planejamento da contratação	Aumentar em 50% ao ano o percentual de licitações que contemplam requisitos específicos de sustentabilidade (CPS)	Aumento de CPS = % CPS final - % CPS inicial, sendo que %CPS = nº CPS/ total de compras do órgão	Identificação de requisitos de sustentabilidade passíveis de aplicação nos instrumentos convocatórios	CPLAN	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe treinada para aplicação de requisitos de sustentabilidade	Baixo preparo do mercado fornecedor

SITUAÇÃO PROBLEMA: ELEVADOS GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA (SP02).

Descrição do Problema: O órgão tem apresentado gastos elevados com energia elétrica, o que impacta negativamente o orçamento e a sustentabilidade. Esse problema pode ser causado por diversos fatores, como a ineficiência dos sistemas de iluminação e climatização, o uso de equipamentos antigos e o desperdício por parte dos usuários.

Objetivo: Buscar soluções de infraestrutura que apresentem consumo energético mais eficiente (OBO2).

Comentários/Observações: Para garantir o sucesso dessa ação, é importante buscar fontes de financiamento para a modernização da infraestrutura e realizar estudos de viabilidade para a implementação de energias renováveis.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP02	Elevados gastos com energia elétrica	OBO2	Buscar soluções de infraestrutura que apresentam consumo energético mais eficiente	Reducir em 5% ao ano o consumo de energia	Redução de consumo = [(Consumo final / Consumo inicial) - 1] X	Identificação de situações e soluções, itens e serviços, que	CGLA	jan/25	dez/26	Humano: equipe adequada e treinada para análise de soluções de eficiência energética	Baixa capacidade de investimento em situações que demandem



				elétrica total do órgão, medido em kWh	100, sendo o consumo a soma dos consumos de todas as edificações ocupadas pelo órgão	possam ser adotados nos edifícios e espaços ocupados						novas contratações
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------------

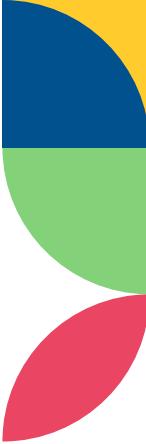
SITUAÇÃO PROBLEMA: UTILIZAÇÃO NÃO RACIONAL DE BENS E SERVIÇOS (SP03).

Descrição do Problema: Há uma utilização não racional de bens e serviços no órgão, o que gera desperdícios, aumenta os custos e impacta negativamente o meio ambiente. Esse problema pode estar relacionado, basicamente, à falta de conscientização dos usuários.

Objetivo: Promover o consumo racional de recursos (papel, água e impressão) (OB03, OB04, OB05).

Comentários/Observações: É importante envolver todos os servidores e colaboradores do órgão nas ações de promoção do consumo consciente, por meio de campanhas informativas, treinamentos e incentivos.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP03	Utilização não racional de bens e serviços	OB03	Promover o consumo racional de papel	Reducir em 5% ao ano o consumo total de papel	Redução de consumo = [(1 - (Consumo final / Consumo inicial)) X 100, sendo o consumo a soma dos consumos de todas as edificações ocupadas pelo órgão]	Realização de campanhas de conscientização para diminuição gradativa do uso de papel	CGLA	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para elaboração e promoção de campanhas	Baixa adesão dos usuários do órgão



OB04	Promover o consumo racional água	Reducir em 5% ao ano o consumo de água total do órgão, medido m ³	Redução de consumo = [1 - (Consumo final / Consumo inicial)] X 100, sendo o consumo a soma dos consumos de todas as edificações ocupadas pelo órgão	Adoção de medidas de adequação de estruturas hidráulicas	CGLA	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para análise de soluções de mais eficiência de consumo	Baixa capacidade de investimento em situações que possam demandar novas contratações		
				Elaboração de projeto para reaproveitamento de água				Humano: equipe adequada e treinada para análise de soluções de mais eficiência de consumo	Baixa capacidade de investimento em situações que possam demandar novas contratações		
				Realizar campanha interna para evitar o desperdício de água	CGLA ASCOM	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para análise de soluções de eficiência de consumo	Baixa capacidade de investimento em situações que demandem novas contratações		

	OB05	Promover o consumo racional de impressão	Reducir em 5% ao ano a quantidade de impressões	Redução de consumo = [(1 - (Consumo final / Consumo inicial)) X 100, sendo o consumo a soma dos consumos de todas as edificações ocupadas pelo órgão]	Realização de campanhas de conscientização para diminuição gradativa do uso de impressoras e de papel	STI	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para elaboração e promoção de campanhas	Baixa adesão dos usuários do órgão	



EIXO TEMÁTICO 2:

Racionalização da ocupação dos espaços físicos.

SITUAÇÃO PROBLEMA: POUCA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS COMPARTILHADOS (SP04).

Descrição do Problema: O órgão enfrenta a situação de baixa utilização de espaços compartilhados, o que pode resultar em desperdício de recursos e ineficiência na gestão do espaço físico. Isso pode ocorrer devido à falta de espaços adequados, à falta de uma cultura de compartilhamento entre as unidades do órgão ou à resistência dos servidores em utilizar espaços compartilhados.

Objetivo: Promover e adequar espaços para o uso compartilhado por unidades do órgão (OBO6).

Comentários/Observações:

- É fundamental que a equipe responsável pela implementação dessa ação realize um planejamento detalhado, considerando as necessidades dos usuários, os recursos disponíveis, os prazos e os riscos envolvidos.
- A comunicação e o engajamento dos servidores são essenciais para o sucesso dessa ação. É importante que os servidores entendam os benefícios do uso de espaços compartilhados e que se sintam confortáveis em utilizá-los.
- O monitoramento da utilização dos espaços é fundamental para identificar problemas, realizar ajustes e garantir a eficiência da ação.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SPO4	Pouca utilização de espaços compartilhados	OB06	Promover e adequar espaços para o uso compartilhado por unidades do órgão	Criar ao menos 2 (dois) espaços de uso compartilhado	Número de espaços compartilhados = Número de novos espaços criados e disponibilizados	Realização de levantamento e elaboração e execução de projetos para implementação de espaços coletivos	CPLAN	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para elaboração e execução de modificações nos espaços	Baixa capacidade de investimento em situações que possam demandar novas contratações



SITUAÇÃO PROBLEMA: GASTOS RECORRENTES COM ALTERAÇÕES DE LEIAUTE (SP05).

Descrição do Problema: O órgão enfrenta gastos recorrentes com alterações de leiaute, o que indica um desperdício de recursos financeiros. As causas podem ser diversas, como a mudança frequente de equipes ou a falta de um normativo interno que estabeleça regras claras para as alterações de leiaute.

Objetivo: Promover a adequada e eficiente utilização dos espaços físicos ocupados pelo órgão (OB07).

Comentários/Observações:

- É crucial que haja o apoio e o comprometimento da alta gestão para a implementação das medidas propostas, garantindo a adesão dos servidores e a efetividade das ações.
- A elaboração do normativo interno deve ser realizada de forma participativa, envolvendo as unidades do órgão e os servidores que utilizam os espaços físicos, para garantir a sua legitimidade e a sua aplicabilidade.
- A escolha do sistema de gestão de espaços deve levar em consideração as necessidades do órgão, a sua estrutura de tecnologia da informação e a disponibilidade de recursos.
- O monitoramento dos gastos deve ser realizado de forma sistemática e transparente, utilizando os indicadores de desempenho definidos e comunicando os resultados às unidades do órgão e à alta gestão. O monitoramento da utilização dos espaços é fundamental para identificar problemas, realizar ajustes e garantir a eficiência da ação.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP05	Gastos recorrentes com alterações de leiaute	OB07	Promover a adequada e eficiente utilização dos espaços físicos ocupados pelo órgão	Reducir em 5% ao ano o gasto com alterações de leiaute no órgão	Redução de gasto = $[1 - (\text{Gasto final} / \text{Gasto inicial})] \times 100$, sendo o gasto inicial a soma de todos os custos relacionados a alterações de leiaute realizados no período anterior ao início deste PLS	Elaboração de Normativo interno criando regras mais bem definidas para que alterações de leiaute possam ser realizadas	CPLAN	jan/25	dez/26	Humano: equipe adequada e treinada em modificações nos espaços e em elaboração de normativos	Não adesão por parte da alta gestão

EIXO TEMÁTICO 3:

Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental.

SITUAÇÃO PROBLEMA: FALTA DE CONHECIMENTO DA EQUIPE SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE (SP06); AUSÊNCIA OU DESCONHECIMENTO SOBRE FERRAMENTAS QUE APOIEM A IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS MAIS SUSTENTÁVEIS (SP07); E DESCONHECIMENTO SOBRE RÓTULOS E CERTIFICAÇÕES PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO EM COMPRAS PÚBLICAS (SP08).

Descrição do Problema: O órgão enfrenta desafios relacionados à falta de conhecimento da equipe sobre sustentabilidade (SP06), ausência ou desconhecimento de ferramentas de apoio para identificação de produtos e serviços mais sustentáveis (SP07) e desconhecimento sobre rótulos e certificações aplicáveis em compras públicas (SP08). Essas deficiências limitam a capacidade do órgão de implementar efetivamente práticas de contratações públicas sustentáveis.

Objetivo: Promover ações de capacitação para os servidores envolvidos na elaboração de artefatos para contratações públicas.

Comentários/Observações:

- A abordagem conjunta dos problemas SP06, SP07 e SP08 permite uma solução mais integrada e eficiente, otimizando recursos e potencializando os resultados.
- O sucesso da implementação depende do comprometimento da alta gestão, da colaboração entre as diferentes áreas do órgão e do engajamento dos servidores.

- É importante realizar o monitoramento e a avaliação contínuos das ações implementadas, para garantir a sua efetividade e realizar os ajustes necessários ao longo do processo. O monitoramento da utilização dos espaços é fundamental para identificar problemas, realizar ajustes e garantir a eficiência da ação.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SPO6	Falta de conhecimento da equipe sobre aspectos relacionados à sustentabilidade	OB08	Promover ações de capacitação para os servidores envolvidos na elaboração de artefatos para contratações públicas	Promover ao menos 2 cursos envolvendo sustentabilidade no âmbito da Administração Pública e Contratações Sustentáveis	Número de cursos promovidos	Identificação de cursos disponíveis e oferta por meio de campanhas para os servidores envolvidos	CGGP	jan/25	dez/26	Humano: equipe adequada e treinada na identificação de cursos adequados para atendimento da demanda	Baixa adesão aos cursos ofertados
SPO7	Ausência ou desconhecimento sobre										



	ferramen-tas que apoiem a identifi-cação de produtos e serviços mais sus-tentáveis.										
SPO8	Desconhe-cimento sobre rótu-los e cer-tificações passíveis de apli-cação em compras públicas										



EIXO TEMÁTICO 4:

Fomento à inovação no mercado.

SITUAÇÃO PROBLEMA: DESCONHECIMENTO SOBRE INOVAÇÕES POSSÍVEIS (SP09).

Descrição do Problema: O desconhecimento sobre inovações disponíveis no mercado impede o órgão de se beneficiar das soluções inovadoras que poderiam otimizar processos, reduzir custos e gerar impactos positivos.

Objetivo: Promover eventos de apresentação de inovações (OB09).

Comentários/Observações:

- É fundamental que a alta gestão do órgão demonstre compromisso com a inovação, criando um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias.
- O sucesso da iniciativa depende da participação ativa dos servidores, estimulando a colaboração entre as diferentes áreas do órgão e a busca por soluções inovadoras que atendam às necessidades da instituição e dos cidadãos.



Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SPO9	Desconhecimento sobre inovações possíveis	OB09	Promover eventos de apresentação de inovações	Promover ao menos 2 eventos de apresentação de inovações conhecidas	Número de eventos promovidos	Criação de plataforma de comunicação entre as unidades do órgão para levantamento de inovações desenvolvidas e promoção de eventos de divulgação	CGGP	jan/25	dez/26	Humano: equipe adequada e treinada para contínua averiguação e posterior promoção de eventos de divulgação	Indisponibilidade de soluções inovadoras para apresentação

SITUAÇÃO PROBLEMA: BAIXO NÚMERO DE SOLUÇÕES INOVADORAS IMPLEMENTADAS (SP10).

Descrição do Problema: Muitas vezes em função do desconhecimento, o MDS enfrenta dificuldades em implementar soluções inovadoras, o que limita sua capacidade de otimizar processos, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Comentários/Observações:

- É fundamental que a alta administração do MDS demonstre compromisso com a inovação, criando um ambiente favorável e alocando os recursos necessários.
- A comunicação e o engajamento de todas as áreas do MDS são essenciais para o sucesso da implementação de soluções inovadoras. É importante que os servidores entendam os benefícios da inovação e se sintam motivados a contribuir para a busca por novas soluções.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP10	Poucas soluções inovadoras implementadas	OB10	Fomentar a implementação de soluções inovadoras	Promover ao menos 2 contratações com soluções inovadoras	Número de contratações de solução inovadora	Identificação de aplicação de solução inovadora	SAA	jan/25	dez/26	Humano: equipe adequada e treinada	Dificuldade em encontrar soluções



				<p>soluções que possam ser consideradas inovadoras no ambiente do órgão</p>	<p>no âmbito das contratações realizadas pelo órgão</p>			<p>para implementar ou auxiliar na implementação e soluções inovadoras e sustentáveis</p> <p>inovadoras que atendam às necessidades específicas do MDS; resistência interna à implementação de novas soluções; falta de recursos orçamentários para a contratação de soluções inovadoras.</p>
--	--	--	--	---	---	--	--	---

SITUAÇÃO PROBLEMA: FALTA DE DIÁLOGO COM O MERCADO FORNECEDOR (SP11).

Descrição do Problema: Em virtude da criticidade envolvida em contratações públicas, nem sempre é fácil estabelecer um diálogo consistente e produtivo com o mercado fornecedor. Essa falta de comunicação impede que o órgão tenha acesso a informações relevantes sobre novas tecnologias, produtos e serviços, e limita sua capacidade de influenciar o mercado na direção da sustentabilidade.

Objetivo: Realizar Encontros Periódicos com Fornecedores (OB11).

Comentários/Observações:

- É crucial que a alta administração do MDS apoie a iniciativa, demonstrando a importância do diálogo com o mercado fornecedor.
- O sucesso dessa ação depende da capacidade do MDS de criar um ambiente de colaboração com os fornecedores, ouvindo suas demandas e buscando soluções conjuntas para os desafios da sustentabilidade.
- É importante que o MDS avalie os resultados dos encontros, buscando aprimorar o formato e os temas abordados a cada edição.
- A criação de uma plataforma online de comunicação pode complementar os eventos presenciais e online, facilitando o acesso à informação e o diálogo contínuo com o mercado fornecedor.



Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP11	Falta de diálogo com o mercado fornecedor	OB11	Realizar Encontros Periódicos com Fornecedores	Promover encontros semestrais, como workshops ou webinars, para discutir temas relevantes com os fornecedores, incluindo processos de licitação, expectativas de qualidade, e inovações no mercado.	Número de encontros realizados	Estabelecimento de calendário, envio de convite e divulgação dos eventos	SAA	jan/25	dez/26	Humano: equipe adequada e treinada para organização e montagem dos encontros	Baixa disponibilidade ou adesão de fornecedores

EIXO TEMÁTICO 5:

Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.

SITUAÇÃO PROBLEMA: POCAS CONTRATAÇÕES QUE CONTEMPELEM NEGÓCIOS DE IMPACTO (SP12).

Descrição do Problema: "Negócios de impacto" são empreendimentos que objetivam gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável. O baixo número de contratações que contemplam negócios de impacto no âmbito do MDS é entendido com um problema e deve ser enfrentado. São exemplos de negócios de impacto, ações voltadas à promoção de microempresas e empresas de pequeno porte, observados os critérios legais; ao aumento da acessibilidade em espaços públicos e inclusão de pessoas com deficiência; e, no âmbito interno, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), que estabelece regras voltadas à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e de forma regionalizada, com ações específicas direcionadas a comunidades tradicionais.

Objetivo: Aumentar o número de contratos e ações que contemplem negócios de impacto socioambiental (OB12).

Comentários/Observações:

- É fundamental que a alta gestão do órgão demonstre compromisso com as ações propostas.
- O sucesso da iniciativa depende da participação ativa dos servidores, estimulando a colaboração entre as diferentes áreas do órgão e a busca por soluções que atendam às necessidades da instituição e dos cidadãos.



Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP12	Ausência de contratações que contemplem negócios de impacto	OB12	Aumentar o número de contratos e ações que contemplam negócios de impacto socioambiental	Aumentar o número de imóveis acessíveis	Número de imóveis acessíveis final > Número de imóveis acessíveis inicial	Contratação de soluções de acessibilidade para os imóveis ocupados pelo órgão	CGLA	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para elaboração e execução de modificações nos espaços	Baixa capacidade de investimento em situações que possam demandar novas contratações
				Elevar número de postos inclusivos em contratações	Número de postos inclusivos final > Número de postos inclusivos inicial	Elaboração de instrumentos de contratação que incluam postos para pessoas com deficiência	SAA	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada para condução de contratações inclusivas	Espaços não adaptados para receber pessoas com deficiência

SITUAÇÃO PROBLEMA: POUCO CONHECIMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DE NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (SP13).

Descrição do Problema: O pouco conhecimento sobre a implementação prática de negócios de impacto nas contratações públicas no âmbito do MDS pode ser um obstáculo para sua implementação.

Objetivo: Aumentar as capacitações sobre negócios de impacto nas contratações públicas. (OB13).

Comentários/Observações:

- É fundamental que a alta gestão do órgão demonstre compromisso com as ações propostas.
- O sucesso da iniciativa depende da participação ativa dos servidores, estimulando a colaboração entre as diferentes áreas do órgão e a busca por soluções que atendam às necessidades da instituição e dos cidadãos.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP13	Pouco conhecimento sobre a implementação prática de negócios de impacto nas contratações públicas	OB13	Aumentar as capacitações sobre negócios de impacto nas contratações públicas	Realizar ao menos 02 (dois) eventos e/ou capacitações relacionadas ao tema por ano	Número de eventos / capacitações realizadas por ano > ou = 2	Identificação, promoção e disponibilização de eventos relacionados ao tema	CGGP	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada	Elaboração do estudo não concluída



EIXO TEMÁTICO 6:

Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.

SITUAÇÃO PROBLEMA: AUSÊNCIA DE UM PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA O PROGRESSO DA PAUTA (SP14).

Descrição do Problema: A falta de um programa estruturado de capacitação pode prejudicar o progresso da pauta, considerando a falta de conhecimento e comprometimento dos agentes envolvidos.

Objetivo: Disponibilizar programa para compor trilhas de capacitação para as partes interessadas (OB14).

Comentários/Observações:

- Um programa de capacitação eficiente deve abordar todos os eixos temáticos do PLS, desde a promoção do consumo consciente até a inclusão de negócios de impacto. O sucesso da iniciativa depende da participação ativa dos servidores, estimulando a colaboração entre as diferentes áreas do órgão e a busca por soluções inovadoras que atendam às necessidades da instituição e dos cidadãos.
- A capacitação deve ser prática e oferecer ferramentas que os servidores possam utilizar no seu dia a dia para promover a logística sustentável.
- Se possível, o programa de capacitação também deve incluir a participação de outros atores envolvidos na cadeia de suprimentos do MDS, como fornecedores e organizações da sociedade civil.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP14	Ausência de um programa de capacitação continuada para o progresso da pauta de sustentabilidade	OB14	Disponibilizar programa para compor trilhas de capacitação	Elaborar estudo de programa para compor trilhas de capacitação	Estudo elaborado	Realização de estudo para elaborar trilhas de capacitação	CGGP	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada	Elaboração do estudo não concluída



SITUAÇÃO PROBLEMA: RESISTÊNCIA DOS SERVIDORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (SP15).

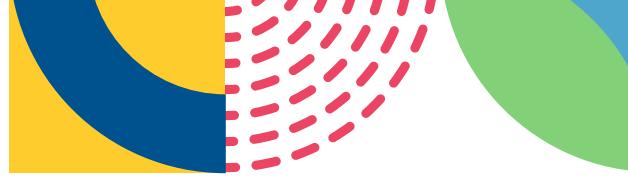
Descrição do Problema: Toda mudança cultural dentro de uma organização pode trazer resistência por parte das pessoas e unidades envolvidas, o que pode comprometer a efetividade da adoção de práticas de sustentabilidade.

Objetivo: Promover a conscientização dos colaboradores para implementação de práticas sustentáveis. (OB15).

Comentários/Observações:

- É fundamental que as atividades de conscientização sejam planejadas de forma a engajar os servidores e demonstrar os benefícios da logística sustentável.
- É importante que a alta administração do MDS demonstre comprometimento com a pauta da sustentabilidade e incentive a participação dos servidores nas atividades propostas.

Situação Problema		Objetivo		Meta		Ação		Prazos		Recursos necessários	Riscos envolvidos
ID	Descrição	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SP15	Resistência dos servidores e colaboradores à implementação de práticas de sustentabilidade	OB15	Promover a conscientização dos servidores e colaboradores para implementação de práticas sustentáveis.	Realizar ao menos 03 (três) eventos de conscientização e de implementação de práticas sustentáveis por ano.	Número de eventos / capacitações realizadas por ano > ou = 3	Identificação, elaboração e execução de atividades de conscientização	CTSR	jan/ 25	dez/ 26	Humano: equipe adequada e treinada	Baixa adesão dos servidores e colaboradores



7. DIAGNÓSTICO ATUAL

CONSUMO

Item avaliado	Unidade	2023	2024*
1 Papel	Resmas	2.360	2.200
2 Água e esgoto	m³	27.501	18.482
3 Galões de água de 20l	Galões	25.468	21.678
4 Energia Elétrica	kWh	4.008.375	2.369.696
5 Impressão	Páginas	2.658.287	1.847.696
6 Impressoras	Equipamentos	100	100
7 Telefonia fixa	Linhas	1.560	1.620
8 Telefonia móvel	Linhas	78	106
9 Resíduos sólidos gerados	Quilos	81.982	47.282
10 Passagens nacionais	Bilhetes	3.677	3.624
11 Combustível	Litros	16.676,88	16.169,34
12 Copos descartáveis de 50ml	Unidade	108.369	76.151
13 Copos descartáveis 200ml	Unidade	1.059.286	741.988
14 Guardanapos	Unidade	125.162	76.737
15 Taxigov (viagens de servidores e colaboradores)	km	83.051,47	44.736
16 Mexedor de café	Unidade	587.733	297.772

*Dados referentes até setembro de 2024

ESPAÇO OCUPADO

Item avaliado	Unidade	2023	2024
1 Imóveis ocupados	Imóveis	6	6
2 Imóveis alugados ocupados	Imóveis	2	2
3 Área total ocupada	m²	31.733,28	36.422,07

4	Área total pública ocupada	m ²	20.228,84	25.104,20
5	Área total privada ocupada	m ²	11.504,44	11.317,87
6	Área por posto de trabalho	m ²	7	100

CAPACITAÇÕES E PROMOÇÃO DE EVENTOS

Ano	Unidade de Medida	Servi-dores Capacitados	Cursos Realizados	Modalidade dos Cursos		Materiais Disponibilizados
				Online	Presencial	
2023	Unidade	290	43	31	12	Disponibilizados de forma majoritariamente virtual pelo MDS, mas em meio físico quando os cursos são presenciais, com os custos arcados pela instituição promotora
2024	Unidade	263	81	36	45	Disponibilizados de forma majoritariamente virtual pelo MDS, mas em meio físico quando os cursos são presenciais, com os custos arcados pela instituição promotora



CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Item avaliado		Unidade	2023	2024
1	Contratações realizadas por pregão eletrônico	Unidade	42	36
2	Contratações diretas por dispensa de licitação em razão do valor	Unidade	25	20
3	Contratações diretas	Unidade	21	25
4	Registro de preços	Unidade	23	12
5	Concorrência Pública	Unidade	1	2
6	Compra centralizada	Unidade	4	1

8. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o biênio 2025-2026, o processo de implementação, monitoramento e avaliação do PLS seguirá as seguintes etapas:

Implementação: A vigência do PLS tem início em 1º de janeiro de 2025, data em que se inicia a implementação do Plano. Nesta fase, as unidades responsáveis pelas ações e metas estabelecidas serão notificadas e deverão iniciar a execução conforme os cronogramas detalhados no plano.

Monitoramento: O monitoramento será contínuo, com revisões trimestrais a serem realizadas pelas unidades envolvidas, sob a supervisão da Comissão do PLS. Relatórios de progresso serão gerados trimestralmente, destacando as ações implementadas, indicadores de desempenho e possíveis ajustes necessários.

Avaliação: Ao final de cada semestre, será realizada uma avaliação formal dos resultados obtidos, com base nos indicadores de desempenho previamente definidos no plano. A avaliação envolverá a revisão dos impactos alcançados em relação às metas estabelecidas, permitindo ajustes no planejamento para o ano subsequente, se necessário.

9. ANEXOS

9.1 Lista de Normativos utilizados

- Constituição Federal do Brasil de 1988
- Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)
- Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 julho de 2021
- Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) 2020-2031
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030
- Plano Plurianual (PPA)
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)
- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)
- Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 1.187/2009)
- Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)
- Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022
- Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019
- Lei nº 10.973, de 2004
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 51/2021
- Lei nº 14.479, de 21 de dezembro de 2022
- Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal
- Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020
- Portaria Conjunta nº 28, de 24 de março de 2021
- Portaria nº 20.549, de 8 de setembro de 2020
- Portaria nº 1.708, de 12 de fevereiro de 2021

- 
- Portaria nº 19.385, de 14 de agosto de 2020
 - Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023
 - Instrução Normativa nº 96, de 23 de dezembro de 2022

9.2 Portaria de designação da comissão de elaboração do PLS

- Portaria nº 527, DE 02 de setembro 2024

9.3 Modelo de Relatório de Acompanhamento de Ações

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Unidade Responsável: *[Nome da unidade]*

Período: *[Data Inicial] – [Data Final]*

1. Introdução

- **Objetivo:** Este relatório tem como objetivo apresentar o progresso da(s) ação(ões) relacionada(s) à Situação Problema [XX], sob responsabilidade da [Nome da Unidade], referente ao período de [Data Inicial] a [Data Final].
- **Contexto:** Descrever brevemente a relação das ações da unidade com o eixo temático do PLS ao qual estão vinculadas e seu impacto na promoção da sustentabilidade no órgão.

2. Descrição da(s) Ação(ões)

Apresentar cada situação problema conforme tabela abaixo:

ID da Situação Problema	Situação Problema	Descrição da ação	Objetivo Vinculado	Meta
SP[XX]	<i>Descrever a situação problema que a ação se propõe a solucionar, conforme descrito no PLS</i>	<i>Descrever a ação conforme detalhado no Plano de Ações e Metas do PLS</i>	<i>Descrever o objetivo ao qual a ação está vinculada, conforme descrito no PLS</i>	<i>Descrever a meta da ação a ser alcançada durante o período do relatório, conforme descrito no PLS</i>



3. Resultados Alcançados

Para cada ação descrita na seção anterior, apresentar os seguintes dados:

Ação: [Descrição da ação]

- Status da ação: [Em andamento, Concluída, Atrasada, Suspensa]
- Resultados obtidos:
 - Apresentar os resultados quantitativos e qualitativos da ação no período do relatório
 - Utilizar gráficos, tabelas e/ou indicadores de desempenho para ilustrar os resultados.
 - **Exemplo:** "Redução de 10% no consumo de energia elétrica no período do relatório."
- Análise dos Resultados:
 - Comparar os resultados obtidos com a meta estabelecida para o período, analisando se a meta foi atingida, parcialmente atingida ou não atingida.
 - Comentar sobre os fatores que contribuíram para os resultados, sejam eles positivos ou negativos.
 - **Exemplo:** "A meta de redução de consumo de energia foi atingida devido à substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas LED."
- Dificuldades encontradas:
 - Descrever as dificuldades e os desafios encontrados durante a execução da ação no período.
 - **Exemplo:** "Dificuldade na aquisição de materiais de reposição para o sistema de ar-condicionado, impactando o cronograma da ação."
- Próximos Passos:
 - Descrever as próximas etapas a serem realizadas para a continuidade da ação.
 - Indicar a data prevista para a conclusão da ação, se ainda em andamento.



- **Exemplo:** “Finalizar a instalação dos sensores de presença em todos os ambientes da unidade até [data].”

4. Conclusões

- **Resultados Gerais:** Sintetizar os resultados gerais da unidade no período, destacando o cumprimento das metas e objetivos do PLS.
- **Lições Aprendidas:** Comentar sobre as lições aprendidas durante a execução das ações no período, identificando boas práticas e pontos de atenção para o futuro.
- **Recomendações:** Apresentar recomendações para a melhoria das ações em andamento e para o planejamento de novas ações.

5. Anexos (Opcional)

Incluir documentos que comprovem os resultados obtidos, como fotos, planilhas de dados, registros de treinamentos etc.

Considerações:

- *Este modelo de relatório deve ser utilizado pelas unidades responsáveis pela execução das ações do PLS para o acompanhamento periódico dos resultados, conforme cronograma definido pela equipe gestora do PLS.*
- *É importante que os relatórios sejam elaborados de forma clara, objetiva e com dados precisos, para facilitar a análise e a tomada de decisão.*
- *A equipe gestora do PLS deve consolidar os relatórios das unidades para gerar um relatório geral de avaliação de desempenho do PLS no órgão.*

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

